

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v8n2p25-51>

A BUSCA DA EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL SOB O ENFOQUE DA QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES COM OU SEM DEFICIÊNCIA DO TJGO: UM OLHAR PARA A ESCOLA JUDICIAL DE GOIÁS (EJUG)

THE PURSUIT OF JUDICIAL PERFORMANCE EFFICIENCY UNDER THE FOCUS OF QUALIFICATION OF EMPLOYEES WITH OR WITHOUT DISABILITIES AT TJGO: AN INSIGHT INTO THE JUDICIAL SCHOOL OF GOIÁS (EJUG)

**Alexandra Bonfim de Sousa¹
Márcia Teixeira Cavalcanti²**

Resumo: O presente artigo discorre acerca do papel desempenhado pela Escola Judicial de Goiás (EJUG) na perquirição ininterrupta pela eficiência da prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), conferindo especial ênfase à qualificação dos servidores, incluindo aqueles com algum tipo de deficiência. Embasado nos dispositivos constitucionais que prescrevem o dever inafastável dos entes federativos de promover a capacitação de seus agentes públicos, o estudo explora a preeminência da formação profissional dos magistrados e servidores do Poder Judiciário. A Resolução n. 159, emanada pelo Colendo Conselho Nacional de Justiça, e a criação da aludida EJUG são abordadas, destacando-se os escopos genéricos que permeiam a instituição, abrangendo cursos oficiais, programas de pós-graduação, simpósios e palestras consonantes com as diretrizes emanadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). A EJUG ostenta uma atuação de largo espectro no foco do Poder Judiciário, englobando a difusão de valores éticos, a lapidação de magistrados e servidores do núcleo central, bem como o aprimoramento das práticas administrativas. A pesquisa proposta tem como objetivo a averiguação das questões intrínsecas e desafios enfrentados pela EJUG, tendo em consideração a qualificação dos servidores, quer aqueles com deficiência ou não, ressaltando-se a magnitude da inclusão e da educação corporativa para a consecução de uma prestação jurisdicional eficiente e equitativa. O estudo em comento ostenta relevância inquestionável ao colaborar para o aprimoramento do aparato judiciário, fomentando a disponibilização de um serviço jurisdicional acessível, eficaz e equânime à coletividade.

¹ Possui graduação em Direito - Faculdades Integradas do Planalto Central (2003). Atualmente é servidora efetiva (Analista Judiciário) - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Possui pós-graduação em Responsabilidade Social e Ambiental - Faculdade UniEvangélica, Anápolis/GO (2011) e Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído - Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro/RJ (2023).

² Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/IBICT/UFRJ. Pós-doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/IBICT/UFRJ. Graduada em Ciências Sociais pela UFRJ e em Letras Português-Literatura pela UNESA. Professora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula/USU. Participação no GP Digitalidades da Informação e do Conhecimento nas Humanidades/DIGIICO-H. Integrante do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais/Larhud: <http://www.larhud.ibict.br> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3742-9479>

Palavras-chave: Direito. Educação. Inclusão.

Abstract: This article discusses the role played by the Judicial School of Goiás (EJUG) in the relentless pursuit of judicial performance efficiency within the scope of the State of Goiás Court of Justice (TJGO), with a special emphasis on the qualification of employees, including those with disabilities. Based on constitutional provisions that prescribe the indispensable duty of federative entities to promote the training of their public agents, the study explores the preeminence of professional training for judges and judicial employees. Resolution No. 159 issued by the Honorable National Council of Justice and the establishment of the aforementioned EJUG are addressed, highlighting the broad scopes that permeate the institution, encompassing official courses, postgraduate programs, symposiums, and lectures in accordance with the guidelines established by the National School of Training and Improvement of Judges (ENFAM). EJUG carries out a wide-ranging performance within the Judiciary, encompassing the dissemination of ethical values, the development of judges and employees in the central core, as well as the improvement of administrative practices. The proposed research aims to investigate the intrinsic issues and challenges faced by EJUG, taking into account the qualification of employees, both those affected by some form of limitation and those without such circumstances, emphasizing the magnitude of inclusion and corporate education for achieving efficient and equitable judicial performance. This study holds unquestionable relevance by contributing to the improvement of the judicial apparatus, fostering the provision of accessible, effective, and equitable judicial services to the community.

Keywords: Law. Education. Inclusion.

Recebido em: 02/08/2023
Aceito em: 08/04/2024

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu dispositivo artigo 39, parágrafo segundo, imperativamente estipula a incumbência dos entes federativos de estabelecerem instituições de ensino com o fito de fomentar a capacitação e o aprimoramento de seus servidores. No tocante especificamente ao Poder Judiciário, a Magna Carta, em seu artigo 93, inciso IV, versa acerca da imprescindibilidade de cursos oficiais destinados à preparação, aperfeiçoamento e ascensão dos magistrados, os quais representam uma etapa inarredável no processo de vitaliciamento (BRASIL, 2016).

Por decorrência desse preceito constitucional, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução de número 159, prescreve, em seu artigo 6º, que os Tribunais, por intermédio de suas Escolas Judiciais ou de Magistratura, devem promover a formação profissional dos magistrados em suas respectivas searas de atuação. No parágrafo primeiro do mesmo dispositivo, faculta-se às Escolas Judiciais a promoção da formação profissional dos servidores (CNJ, Resolução 159/2012).

A instituição da Escola Judicial de Goiás - EJUG foi determinada por intermédio da Resolução de número 40, referendada pela Corte Especial no dia 26 de agosto de 2015. A supracitada norma também consolida o Regimento Interno da Escola, presente em seu anexo singular. Em 2 de outubro de 2015, foi expedido o Decreto Judiciário de número 2.561, mediante o qual a primeira Diretoria foi designada (TJGO, Resolução n. 40/2015).

O artigo primeiro da Resolução de número 40/2015 delinea, de forma geral, os objetivos da Escola, os quais compreendem a implementação de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário Estadual, além de cursos de pós-graduação voltados aos operadores do Direito, bem como a promoção de simpósios, palestras e demais cursos, sempre alinhados às diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

A Escola Judicial de Goiás (EJUG) assume uma responsabilidade ampla e relevante no âmbito do Poder Judiciário. Suas atribuições abrangem a transmissão dos valores preconizados pela instituição a todos os servidores do Judiciário, visando à propagação de uma conduta ética e responsável no serviço público. Além disso, a EJUG tem o objetivo de capacitar e atualizar magistrados e servidores da área-fim, com a finalidade de elevar a qualidade das atividades desenvolvidas pelo Judiciário de Goiás.

A Escola também desempenha um papel fundamental na profissionalização da área administrativa, aprimorando as práticas corporativas com vistas a promover maior eficiência, qualidade e transparência nas rotinas de trabalho. Além disso, busca conscientizar os magistrados e servidores sobre as mudanças paradigmáticas que conferem ao Judiciário um papel mais ativo nas transformações sociais da comunidade. "A Escola Judicial tem um papel fundamental na formação e no aperfeiçoamento dos magistrados, pois lhes proporciona os instrumentos necessários para o exercício da função jurisdicional com qualidade e eficiência." (Freire, 2023).

A EJUG colabora com o Poder Judiciário do Estado na implementação de novas e melhores práticas de gestão, promovendo uma abordagem humanizada nas relações de trabalho, identificando talentos e valorizando magistrados e servidores. Assim, busca-se extrair o máximo de contribuição de cada indivíduo para a instituição.

A atuação da Escola Judicial de Goiás é, portanto, abrangente e de valor inestimável para o Poder Judiciário. Por meio da disseminação de conhecimentos, formação ética e profissional dos agentes judiciários e busca pela excelência, a EJUG contribui para o aprimoramento do serviço público prestado pela instituição. Ao valorizar o capital humano, criar um ambiente propício ao aprendizado e estimular a reflexão crítica, a Escola desempenha um papel fundamental na construção de um Judiciário apto a enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Ao reconhecer a importância da formação e do aperfeiçoamento como pilares fundamentais para a efetivação da justiça, a Escola Judicial de Goiás consolida-se como um espaço de construção e difusão do conhecimento jurídico. Dessa forma, contribui para uma atuação mais qualificada e sensível às demandas da sociedade, promovendo um Judiciário comprometido com os princípios constitucionais e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao atuar na disseminação de conhecimentos, na formação ética e profissional dos agentes judiciários e no fomento de uma cultura de excelência, a EJUG contribui para o aprimoramento do serviço público prestado pela instituição, elevando os padrões de qualidade, eficiência e responsabilidade.

Ao reconhecer a importância da formação e do aperfeiçoamento como pilares fundamentais para a efetivação da justiça, a Escola Judicial de Goiás consolida-se como um espaço de construção e difusão do conhecimento jurídico, propiciando uma atuação mais qualificada e sensível às demandas da sociedade. Por meio da valorização do capital humano, da promoção de um ambiente propício ao aprendizado e do estímulo à reflexão crítica, a Escola desempenha um papel fundamental na consolidação de um Judiciário mais apto a enfrentar os desafios do presente e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Possuindo como missão, desenvolver os magistrados e servidores do Poder Judiciário deste Estado visando o seu aprimoramento técnico e humano de forma a impactar positivamente na qualidade da prestação jurisdicional.

Nesse contexto, no atual Projeto Político Pedagógico (PPP), são expostas as diretrizes conceituais e metodológicas que orientam as práticas político-pedagógicas da prestigiosa Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG). Tal instrumento configura-se como uma ferramenta primordial, colaborando efetivamente na definição das prioridades, ações e metas educacionais dessa instituição, além de permitir o acompanhamento minucioso da concretização de seus objetivos e resultados.

Importa ressaltar que o PPP da EJUG se destaca dos PPPs inerentes às demais entidades educacionais que compõem o sistema formal de educação, eis

que apresenta um enfoque distinto, direcionado primordialmente ao aprimoramento da prestação jurisdicional no âmbito do ilustre Poder Judiciário do Estado de Goiás, com ênfase em ações voltadas, de forma preferencial, ao público interno.

A estrutura e organização da EJUG, por sua vez, são inerentes e peculiares ao próprio contexto do Poder Judiciário goiano, inexistindo similaridades nas instituições educacionais convencionais. Destarte, sendo uma entidade sem fins lucrativos, sua finalidade primordial reside no interesse público de alcançar uma prestação jurisdicional de excelência, operada por intermédio da formação e aprimoramento constantes dos ilustres magistrados e servidores que a integram.

O PPP da EJUG, devidamente previsto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno da Escola, foi concebido com sensibilidade para contemplar as peculiaridades ímpares desta instituição e, concomitantemente, as particularidades inerentes ao Poder Judiciário de Goiás, considerando a necessidade premente de aprimorar os processos internos de educação corporativa e a gestão do conhecimento, visando sempre o aperfeiçoamento constante dessas importantes áreas.

Desse modo, o presente artigo lança a seguinte problemática: Quais são as questões intrínsecas e desafios de ordem jurídica que se apresentam no âmbito da busca incessante pela eficiência da prestação jurisdicional no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), notadamente quando direcionada à qualificação dos servidores, tanto aqueles com ou sem deficiência, considerando, de maneira específica, o papel desempenhado pela Escola Judicial de Goiás (EJUG) nesse contexto?

Lançando enquanto hipóteses: A qualificação dos servidores, incluindo aqueles com deficiência, é essencial para a eficiência da prestação jurisdicional no TJGO, garantindo a aplicação dos princípios de inclusão e isonomia; A educação corporativa desempenha um papel fundamental na qualificação dos servidores e magistrados do TJGO, promovendo o aprimoramento contínuo de suas habilidades e conhecimentos jurídicos; A inclusão dos servidores com deficiência na qualificação oferecida pela EJUG contribui para um ambiente de trabalho inclusivo e enriquece o

processo decisório, fortalecendo valores de equidade e justiça; A qualificação dos servidores, incluindo os com deficiência, por meio da EJUG, é uma estratégia eficaz para superar desafios jurídicos e promover uma justiça acessível e igualitária.

Nesse contexto, temos enquanto objetivo investigar a busca pela eficiência da prestação jurisdicional no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) por meio do enfoque na qualificação dos servidores, tanto os com deficiência quanto os sem deficiência, com um olhar específico para a atuação da Escola Judicial de Goiás (EJUG). O recorte será por meio do estudo da Escola Judicial de Goiás (EJUG). Além disso, busca-se a compreensão do endomarketing na manutenção e incentivo destes servidores e magistrados nos quadros desse Tribunal.

Justificando-se quanto a sua relevância de pesquisa, pela necessidade de refletir sobre a importância da qualificação dos servidores, com ênfase na inclusão dos profissionais com deficiência, no contexto da busca pela eficiência da prestação jurisdicional no TJGO. A análise crítica dessas questões contribui para aprimorar o sistema judiciário, promovendo uma prestação jurisdicional mais acessível, eficiente e justa para toda a sociedade.

Metodologicamente, configurando-se enquanto uma revisão bibliográfica documental de caráter qualitativo, cujo objetivo é analisar e compreender a partir de uma análise minuciosa de fontes primárias selecionadas. A revisão documental qualitativa é uma abordagem valiosa no contexto das ciências sociais e humanas, permitindo explorar informações qualitativas relevantes e contextualizadas.

O processo metodológico consistiu em várias etapas bem definidas. Inicialmente, delimitamos claramente o tema de pesquisa e estabelecemos os objetivos específicos da revisão documental. A partir disso, ocorreu a identificação e seleção criteriosa das fontes primárias relevantes relacionadas ao tema. Essas fontes puderam incluir textos, relatórios, cartas, leis e outros documentos pertinentes.

A análise e interpretação dos documentos foi uma etapa crucial da metodologia. Nessa fase, foi realizada uma leitura minuciosa dos documentos, destacando informações relevantes, identificando padrões, temas recorrentes e

contradições. A interpretação dos dados foi guiada por uma abordagem hermenêutica, buscando compreender o contexto e as nuances presentes nos documentos.

A codificação e categorização dos dados foram realizadas para organizar as informações obtidas durante a análise. Essa codificação permitiu a sistematização dos dados em categorias e temas, facilitando a compreensão e identificação de padrões. Ao final da revisão documental, ocorreu a análise comparativa dos diferentes documentos e suas informações. Essa análise possibilitou identificar convergências e divergências entre as fontes, bem como realizar uma síntese dos principais resultados obtidos.

2 CONTEXTUALIZANDO

Em consonância ao imperativo da Constituição Federal/88, no contexto da Agenda 21, a EJUG assume um papel fundamental na promoção da sustentabilidade ambiental e social no âmbito do Poder Judiciário. Adotada em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Agenda 21 é um plano de ação global que visa conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Em destaque, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes, objetiva promover sociedades inclusivas através do acesso à justiça para todos, resultando em um desenvolvimento sustentável, e desta forma proporciona uma justiça mais eficaz, responsável e inclusiva (Agenda 2030, ONU 2019).

A Escola Judicial de Goiás (EJUG) é responsável pela formação e aprimoramento de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Goiás. A EJUG busca oferecer uma educação equânime e de qualidade, fornecendo as competências necessárias para o desempenho de suas funções. Ela está vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça e segue as disposições legais e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

O Plano Político-Pedagógico (PPP) da EJUG estabelece seus objetivos, missão, visão e princípios. A instituição baseia-se nos pilares da educação estabelecidos pela UNESCO, enfatizando o aprendizado prático e a mudança de comportamento para melhorar a prestação jurisdicional. A EJUG também busca ser um espaço para o debate e a formação de profissionais conscientes e responsáveis.

A EJUG segue as diretrizes da legislação estadual e do Conselho Nacional de Justiça para a formação de magistrados e servidores. Ela busca garantir a coerência e a qualidade de suas ações educacionais, contribuindo para o aprimoramento do Poder Judiciário de Goiás. A visão da EJUG é ser reconhecida como uma instituição de excelência em formação judicial, enquanto sua missão é contribuir para o avanço do Poder Judiciário de Goiás, desenvolvendo pessoas e melhorando a prestação jurisdicional. A instituição adota uma visão de mundo global e reconhece a importância da educação como processo contínuo e dialógico.

A EJUG utiliza a andragogia como abordagem educacional, considerando as características dos adultos como aprendizes. Ela oferece oportunidades de desenvolvimento igualitário por meio de cursos presenciais e a distância, eventos de capacitação e convênios com instituições de ensino. A EJUG também se adapta às demandas contemporâneas, incorporando temas relevantes e atuais em seu programa educacional.

3 OBJETIVOS DA EJUG

A Escola Judicial de Goiás (EJUG) é responsável pela implementação de cursos oficiais para magistrados e servidores do Poder Judiciário Estadual. Seu objetivo principal é desenvolver e aprimorar as competências profissionais desses profissionais, visando à efetividade e qualidade dos serviços prestados. A EJUG oferece cursos de formação, aperfeiçoamento e pós-graduação, além de promover simpósios, palestras e outras iniciativas educacionais. A Escola baseia-se nas diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

(ENFAM), na Constituição Federal e nas orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A EJUG busca capacitar os ocupantes de funções de liderança e natureza gerencial, desenvolvendo suas competências gerenciais. Além disso, prepara magistrados e servidores para lidarem com as transformações internas e externas, promovendo a gestão do conhecimento e valorizando os profissionais por meio de programas de educação continuada. A Escola também estimula estudos, pesquisas e compartilhamento de experiências, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento jurídico e a disseminação das melhores práticas no âmbito do Poder Judiciário.

A EJUG é uma instituição de referência no campo da formação judicial, reconhecida tanto local quanto nacionalmente. Sua visão de futuro reflete o compromisso em aprimorar a prestação jurisdicional, fortalecendo o Poder Judiciário de Goiás. A Escola busca desenvolver competências multidimensionais nos magistrados e servidores, transcendendo a mera transmissão de informações e conhecimentos. Com base em referenciais estratégicos, filosóficos e pedagógicos, a EJUG potencializa a formação dos profissionais, proporcionando-lhes uma visão ampla e aprofundada do sistema judiciário e dos desafios contemporâneos.

Ao promover a capacitação dos profissionais do Poder Judiciário, a EJUG atende às exigências e demandas da sociedade, buscando assegurar um serviço jurisdicional eficiente e alinhado aos princípios fundamentais da justiça. A Escola também valoriza a gestão do conhecimento e a valorização dos profissionais, investindo na formação contínua e reconhecendo a importância do aprimoramento para o fortalecimento do Poder Judiciário. Dessa forma, a EJUG contribui para a construção de uma magistratura e de um quadro de servidores capacitados, comprometidos e engajados com a Justiça e o Estado de Direito.

4 REFERÊNCIAS NORTEADORAS

No âmbito dos referenciais estratégicos, destaca-se a aspiração da EJUG em se tornar uma Escola Judicial de excelência reconhecida nacionalmente. Tal visão reflete seu compromisso com a busca incessante pela qualidade e pela excelência na formação dos profissionais do Poder Judiciário. A EJUG almeja ser uma referência no contexto nacional, impulsionando assim o aprimoramento e a inovação de suas práticas educacionais.

A missão da EJUG concentra-se no desenvolvimento das pessoas com vistas a aprimorar a prestação jurisdicional no âmbito do Poder Judiciário de Goiás. Essa missão reflete a importância que a EJUG atribui à contribuição para o aprimoramento do sistema judiciário, reconhecendo que a capacitação dos magistrados e servidores é essencial para assegurar a eficiência e a qualidade da justiça. A EJUG nutre uma preocupação constante com a promoção de uma cultura de aprendizado contínuo e a capacitação constante dos profissionais.

Em relação aos referenciais filosóficos, a EJUG adota uma visão crítica de um mundo global, conectado, multifacetado e complexo. Essa visão enfatiza a necessidade de compreender a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que permeiam o exercício da magistratura e a administração da justiça. A EJUG busca desenvolver nos profissionais uma postura crítica e reflexiva diante dos desafios contemporâneos, capacitando-os para uma atuação consciente e responsável em um mundo cada vez mais interconectado.

A visão de homem adotada pela EJUG reconhece o indivíduo como um ser ativo, criativo, único e complexo, diferenciado dos demais por sua individualidade. Essa perspectiva destaca a importância de valorizar a singularidade de cada magistrado e servidor, reconhecendo suas potencialidades e promovendo o desenvolvimento de suas habilidades e competências. Ao considerar o ser humano como um sujeito atuante no mundo, a EJUG busca estimular a autenticidade e a originalidade dos profissionais, potencializando sua capacidade de contribuir para a construção de uma justiça mais equitativa e efetiva.

No que se refere à visão de educação, a EJUG concebe a educação como um processo contínuo e dialógico, indispensável para o desenvolvimento humano e social. A instituição reconhece a educação como um meio de crescimento e transformação, por meio do diálogo constante entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo. Nessa perspectiva, a EJUG valoriza a troca de conhecimentos, experiências e perspectivas, promovendo um ambiente propício ao aprendizado mútuo e à construção do conhecimento. A Escola Judicial de Goiás (EJUG) estabelece referenciais institucionais que orientam seus planos, programas e projetos. Esses referenciais são compostos por elementos estratégicos e filosóficos, que definem a visão de futuro, missão e concepção educacional da instituição.

No que tange aos referenciais estratégicos, a EJUG busca ser reconhecida como uma Escola Judicial de excelência em formação de magistrados e servidores, almejando uma posição de destaque no cenário nacional. Essa visão de futuro demonstra a busca constante pela qualidade e pelo aprimoramento das práticas educacionais, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do Poder Judiciário.

A missão da EJUG está voltada para o desenvolvimento de pessoas, visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional no âmbito do Poder Judiciário de Goiás. A instituição reconhece a importância da formação dos profissionais para o aperfeiçoamento do sistema judiciário e a promoção de uma justiça eficiente. Essa missão reflete o compromisso da EJUG em proporcionar um ambiente propício ao aprendizado contínuo e à capacitação dos magistrados e servidores.

No que concerne aos referenciais filosóficos, a EJUG adota uma visão crítica do mundo, reconhecendo sua globalidade, interconexões, multiplicidade e complexidade. Essa visão busca desenvolver nos profissionais uma postura reflexiva diante dos desafios contemporâneos, capacitando-os a compreender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que permeiam a atuação judiciária. A EJUG valoriza a análise crítica como um instrumento para enfrentar as demandas complexas da sociedade.

A visão de homem adotada pela EJUG considera o indivíduo como um sujeito ativo, criativo e singular, dotado de complexidade e distinto dos demais por sua individualidade. Essa perspectiva destaca a importância de valorizar as características e potencialidades de cada magistrado e servidor, estimulando sua autenticidade e originalidade. A EJUG reconhece a importância de promover um ambiente propício ao desenvolvimento das habilidades e competências individuais, a fim de potencializar a contribuição desses profissionais para uma justiça mais equitativa.

No que diz respeito à visão de educação, a EJUG concebe-a como um processo contínuo e dialógico, fundamental para o desenvolvimento humano e social. A instituição reconhece a educação como um meio de crescimento e transformação, promovendo o diálogo entre os diversos envolvidos no processo educativo. A EJUG valoriza a troca de conhecimentos, experiências e perspectivas, fomentando um ambiente propício ao aprendizado mútuo e à construção coletiva do conhecimento.

A abordagem educacional da EJUG baseia-se nos princípios da andragogia, que orienta a aprendizagem de adultos considerando seus conhecimentos prévios, prontidão para aprender e motivação intrínseca. A instituição também promove a responsabilidade compartilhada, atuando como consultora e provedora de educação corporativa para estimular o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Além disso, a EJUG busca proporcionar igualdade de oportunidades de desenvolvimento, oferecendo cursos presenciais e online, participação em eventos de capacitação e estabelecendo parcerias com instituições de ensino. O foco é melhorar a qualidade da prestação jurisdicional e aumentar a produtividade, sempre com base em valores éticos e prática da cidadania, visando uma justiça de excelência alinhada às necessidades da sociedade.

A valorização dos magistrados e servidores é outra prioridade da EJUG, incentivando-os a compartilhar conhecimentos e experiências como instrutores, promovendo um ambiente educativo enriquecido e estimulando a aprendizagem

colaborativa. A gestão do conhecimento também é valorizada, com a geração, armazenamento e compartilhamento de conhecimentos entre os profissionais, visando aprimorar as práticas educacionais e institucionais.

A EJUG busca alinhar suas ações de desenvolvimento de pessoas com a estratégia do judiciário goiano, para que cada colaborador compreenda seu papel na busca dos resultados institucionais. Além disso, a instituição enfatiza a importância da inovação constante, capacitando magistrados e servidores para atuarem como agentes de inovação e aperfeiçoamento institucional, adaptando-se às mudanças sociais e mantendo-se na vanguarda da evolução jurídica.

As diretrizes educacionais da Escola Judicial de Goiás (EJUG) estabelecem orientações fundamentais para suas ações educativas. São elas: Em primeiro lugar, as ações educacionais devem ser norteadas pelos referenciais institucionais, objetivos e metas do Poder Judiciário de Goiás, bem como pelas diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD).

Além disso, é imprescindível que o conhecimento adquirido seja aplicado em benefício de um comportamento ético, que compreende valores como respeito, liberdade, integridade, honestidade, tolerância, solidariedade e responsabilidade socioambiental. A EJUG enfatiza a importância do educando ser o agente central na construção do seu próprio conhecimento, enquanto o educador assume um papel motivador, orientador e facilitador do processo de aprendizagem, levando em consideração as necessidades, expectativas e potencialidades do educando.

A relação entre educador e educando deve ser pautada pelo diálogo e respeito mútuo, estabelecendo um ambiente educacional que promova a liberdade de expressão, o debate de ideias e a construção coletiva do conhecimento. Os conteúdos dos programas educacionais devem ser integrados e contextualizados à realidade específica do Poder Judiciário de Goiás, garantindo sua relevância e aplicabilidade prática.

As estratégias educacionais adotadas devem ser flexíveis, privilegiando o diálogo, a troca de experiências e estudos de caso que estejam alinhados com a realidade do Poder Judiciário. A EJUG valoriza e incentiva a busca por parcerias, intercâmbios e cooperação técnica com outras instituições públicas, escolas judiciais, órgãos públicos e privados, bem como instituições educacionais, visando fortalecer a estratégia de trabalho em rede e promover interesses comuns.

Os programas educacionais da Escola Judicial de Goiás (EJUG) têm como objetivo abranger competências essenciais para o funcionamento eficiente do Poder Judiciário. Esses programas são distribuídos em diferentes áreas de conhecimento, visando atender às demandas específicas da instituição.

Uma das áreas abordadas é a Administração/Gestão, que engloba diversos temas relacionados à eficiência e eficácia dos processos administrativos e organizacionais do Poder Judiciário. São tratados assuntos como contratação e convênios, licitação, gestão de pessoas, gestão por competências, gestão por projetos, gestão da qualidade, educação corporativa, comunicação, gestão estratégica, gestão documental, secretariado, finanças públicas, auditoria, administração de recursos materiais, organização de eventos, gestão de custos, infraestrutura e governança de tecnologia da informação e comunicação (SILVEIRA, 2007).

A área Judiciária também é contemplada pelos programas educacionais da EJUG, com foco na atualização e aprimoramento dos conhecimentos jurídicos necessários aos magistrados e servidores. São abordados temas como normas jurídicas, jurisprudência, elaboração de textos jurídicos, procedimentos e rotinas judiciais, mediação e conciliação, custas judiciais, execução de mandados, procedimentos de escritoria e sistemas judiciais. Essa abordagem visa capacitar os profissionais do Poder Judiciário para lidar com as demandas complexas e em constante evolução no campo jurídico.

Outra área relevante é a Tecnologia da Informação, que trata de assuntos relacionados a hardware, software, sistemas de comunicação, sistemas de telecomunicações, gestão de informação e de dados, segurança da informação e

outros recursos tecnológicos utilizados pelo Poder Judiciário de Goiás. O entendimento desses temas é fundamental para garantir a eficiência e segurança dos sistemas de informação e comunicação judiciais.

Por fim, os programas educacionais da EJUG abordam a Responsabilidade Socioambiental, destacando os valores e condutas esperados dos magistrados e servidores. O objetivo é fortalecer o comprometimento com a instituição, promover relações interpessoais de qualidade e disseminar condutas profissionais compatíveis com a função pública. Valorizar a responsabilidade social e ambiental contribui para uma atuação ética e consciente por parte dos profissionais do Poder Judiciário.

5 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

A Escola Judicial de Goiás (EJUG) adota diversas estratégias de ensino para viabilizar seus Programas Educacionais. Essas estratégias incluem a oferta de cursos de curta e média duração, tanto presenciais quanto a distância. Além disso, são promovidos cursos de graduação e pós-graduação, abrangendo os níveis lato sensu e stricto sensu, por meio de convênios e/ou contratos com instituições de ensino ou financiamento por bolsas de estudo.

A troca de experiências e conhecimentos ocorre por meio de fóruns de discussão, que podem ser presenciais ou virtuais. A EJUG também realiza workshops, seminários, palestras e eventos similares como forma de capacitação. Ademais, é possível o financiamento da participação de magistrados e servidores em eventos de capacitação promovidos por outras instituições.

No que diz respeito às etapas do processo educacional, a EJUG segue um método contínuo e sistemático, composto por cinco fases fundamentais. A primeira etapa consiste no levantamento diagnóstico de necessidades, identificando as demandas e lacunas de conhecimento existentes. Em seguida, ocorre o planejamento das ações educacionais, onde são definidos os cursos, eventos e demais atividades a serem realizados.

Após o planejamento, tem-se a execução das ações planejadas, ou seja, a realização dos cursos, eventos e demais atividades propostas. Em seguida, é realizada a avaliação por parte dos discentes e docentes, a fim de verificar a efetividade das ações educacionais e obter feedback sobre seu desenvolvimento. Por fim, as informações obtidas na avaliação são utilizadas para fornecer um feedback que contribua para a melhoria contínua dos programas educacionais da EJUG.

O levantamento diagnóstico de necessidades consiste em identificar lacunas de competências e metas da organização, visando aprimorar a capacitação e o desenvolvimento profissional. Essa etapa utiliza uma metodologia baseada no mapeamento das competências organizacionais, profissionais e pessoais, a fim de identificar as lacunas de formação e aperfeiçoamento que devem ser preenchidas por meio de ações educacionais estratégicas. É recomendado que o levantamento de necessidades esteja embasado em indicadores de desempenho e produtividade, para avaliar posteriormente os resultados das ações na organização.

O diagnóstico de necessidades tem como objetivo identificar quais indicadores do Poder Judiciário de Goiás precisam ser melhorados, que ações de capacitação contribuirão para essa melhoria e quais competências são necessárias para que magistrados, servidores e equipes possam desempenhar suas funções adequadamente. Essa etapa deve ser planejada, estruturada e sistematizada, com a participação e validação de todos os envolvidos no processo.

Após o diagnóstico, é necessário definir as prioridades de capacitação para iniciar a fase de planejamento das ações educacionais. Nessa etapa, são considerados os colaboradores, o método pedagógico e os recursos institucionais, tecnológicos, financeiros e materiais necessários. O planejamento das ações educacionais inclui a especificação de justificativa, objetivos, metodologia, público-alvo, estrutura do curso, recursos instrucionais, equipe docente, cronogramas e métodos de avaliação. A construção desse planejamento deve ser feita em parceria e de forma integrada com os demandantes e a Escola Judicial de Goiás.

Na execução das ações planejadas, são implementadas as providências necessárias para sua realização, como a definição dos responsáveis, reserva de instalações e equipamentos, preparação de material didático, comunicação aos participantes e aplicação de avaliações.

A avaliação é um processo contínuo que ocorre em três momentos distintos: durante o planejamento, a fim de prever o que avaliar, o objetivo e a forma de fazê-lo; durante a execução das ações, com o intuito de fornecer informações para melhorar o processo; e no processo avaliativo em si, que compreende diferentes níveis de avaliação.

Os níveis de avaliação incluem a avaliação de reação, que verifica a opinião dos participantes sobre o conteúdo, métodos, instrutores e condições do evento; a avaliação de aprendizagem, que mede de forma objetiva o conhecimento adquirido, por meio de testes e observação de comportamentos; a avaliação de comportamento, que identifica mudanças comportamentais após o evento, em um prazo de três a seis meses; e a avaliação dos resultados finais ou de impacto, que examina os resultados da organização após um ou mais ciclos de atividades desenvolvidas pelos participantes capacitados.

Após a avaliação dos resultados, as informações são analisadas para identificar pontos de sucesso, pontos críticos e lições aprendidas, a fim de subsidiar o levantamento das necessidades futuras.

6 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO

Desde a promulgação da Lei de Cotas para empresas privadas (Decreto nº 3298, de 20/12/1999) e da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (Art. 5º, Parágrafo 2º) para instituições públicas, a contratação e gestão de pessoas com deficiência tornaram-se um novo desafio para as organizações no Brasil.

A gestão da diversidade, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência, ocorre em um cenário marcado por mudanças na organização do trabalho, resultantes da difusão de novos padrões tecnológicos, e pela tendência

das empresas em reduzir o número de funcionários. De acordo com Pochmann (2001) *apud* (CARVALHO-FREITAS e MARQUES. 2009), essas tendências têm levado a um aumento nas exigências para a contratação de funcionários com habilidades multifuncionais, maior nível de motivação e novas competências para o desempenho de suas atividades.

Segundo estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, o Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência (ou 8,9% do grupo etário acima de dois anos), conforme a Agência IBGE Notícias, 2023.

Nesse contexto, gestores e profissionais de recursos humanos têm enfrentado dificuldades para lidar com esse desafio. Pesquisas que investigam a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho têm apontado diversas dificuldades nesse processo. Entre elas, destacam-se a baixa escolaridade das pessoas com deficiência, a falta de conhecimento sobre a deficiência e as possibilidades de trabalho, bem como os inúmeros preconceitos existentes em relação a esse grupo (CARVALHO-FREITAS e MARQUES. 2009).

O Brasil faz parte desse contexto mundial, no qual ocorre uma convergência de interesses: as pessoas com deficiência buscam igualdade de oportunidades e garantia de direitos civis, o Estado busca reduzir suas despesas públicas, incluindo os gastos com seguridade social das pessoas com deficiência, e as organizações internacionais pressionam pela defesa dos direitos humanos das minorias.

Parte-se do pressuposto de que as pessoas com deficiência devem ser incluídas na sociedade e no trabalho levando em consideração suas habilidades e potencialidades, e que as organizações e a sociedade como um todo precisam se adaptar para garantir sua plena participação.

E o endomarketing, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e valorização desses profissionais. Ao adotar práticas inclusivas e desenvolver ações de endomarketing voltadas para pessoas com deficiência, as empresas podem criar um ambiente de trabalho mais diverso, equitativo e produtivo.

É importante reconhecer que a inclusão de pessoas com deficiência no local de trabalho não é apenas uma obrigação legal, mas também uma oportunidade para a empresa se beneficiar de sua contribuição e talento. Ao promover a igualdade de oportunidades e a valorização das habilidades e competências dos profissionais com deficiência, as organizações podem melhorar sua imagem corporativa, fortalecer a cultura organizacional e aumentar a satisfação e o engajamento dos funcionários.

Uma estratégia eficaz de endomarketing, segundo Costa (2010, p 53)

endomarketing é um processo gerencial, cíclico e contínuo, direcionado ao propósito da organização, que é integrado aos seus demais processos de gestão e utiliza eticamente ferramentas multidisciplinares de incentivo, com o objetivo de promover a motivação das pessoas com o seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos, contribuindo para a obtenção de melhores resultados, econômicos e humanos, a partir de desempenhos superiores.

Dessa forma, o endomarketing busca promover a inclusão de pessoas com deficiência e envolve a sensibilização e a conscientização de todos os colaboradores da empresa. Isso pode ser feito por meio de treinamentos e workshops que abordem temas como diversidade, inclusão, acessibilidade e desconstrução de preconceitos e estereótipos. Essas atividades ajudam a criar um ambiente de trabalho mais acolhedor e respeitoso, no qual todos os funcionários se sintam valorizados e respeitados, independentemente de suas habilidades e condições físicas.

Além disso, com arrimo no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 – faz-se necessário que as empresas adaptem seus espaços físicos e recursos para garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência. Isso pode envolver a instalação de rampas, corrimãos, sinalizações adequadas, além de disponibilizar equipamentos e tecnologias assistivas que facilitem o desempenho das tarefas por parte dos profissionais com deficiência. Essas medidas não apenas proporcionam condições de trabalho adequadas, mas também demonstram o compromisso da empresa em promover um ambiente inclusivo.

Outra estratégia de endomarketing é o desenvolvimento de programas de capacitação e treinamento específicos para pessoas com deficiência. Esses

LexCult, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 25-51, mai./ago. 2024

programas visam desenvolver as habilidades e competências necessárias para que esses profissionais desempenhem suas funções de forma eficiente e eficaz. Além disso, eles também podem incluir programas de mentoria e apoio para auxiliar na integração e no desenvolvimento de carreira desses colaboradores.

É fundamental que as empresas promovam uma comunicação interna clara e transparente sobre suas políticas de inclusão e oportunidades de desenvolvimento profissional para pessoas com deficiência. Isso pode ser feito por meio de canais de comunicação interna, como intranet, boletins informativos e reuniões periódicas. Ao compartilhar histórias de sucesso de profissionais com deficiência e promover sua visibilidade dentro da organização, as empresas reforçam a importância da inclusão e inspiram outros colaboradores a seguirem o mesmo caminho.

Em resumo, o endomarketing desempenha um papel crucial na promoção da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e no desenvolvimento de um ambiente de trabalho inclusivo e acolhedor para todos os colaboradores. Ao adotar estratégias de endomarketing voltadas para pessoas com deficiência, as empresas não apenas cumprem com sua responsabilidade social, mas também se beneficiam da diversidade de talentos, perspectivas e experiências que esses profissionais podem trazer.

Ao implementar políticas inclusivas, fornecer acessibilidade física e tecnológica, promover a conscientização e oferecer programas de capacitação específicos, as empresas podem criar um ambiente onde as pessoas com deficiência se sintam valorizadas, respeitadas e capazes de contribuir plenamente com suas habilidades e conhecimentos.

Além disso, o endomarketing voltado para pessoas com deficiência fortalece a imagem corporativa da empresa, tanto internamente, entre os funcionários, quanto externamente, perante clientes, fornecedores e parceiros de negócio, sendo no caso do Poder Judiciário, os jurisdicionados. Demonstrar um compromisso genuíno com a inclusão e valorização da diversidade contribui para uma reputação positiva e ajuda a atrair talentos qualificados, tanto com deficiência quanto sem deficiência.

7 DISCUSSÃO

A busca pela eficiência no ensino jurídico exige que as disciplinas do direito não se movam em um vazio institucional e histórico. É imprescindível que o ensino do direito aborde questões concretas e problemas historicamente localizados, para que os alunos possam compreender a relevância e a aplicação prática do conhecimento jurídico.

A relação entre professores, alunos e projeto pedagógico desempenha um papel fundamental nesse contexto. A importância dos professores comprometidos com o conhecimento não pode ser subestimada, pois são eles que guiam o processo de ensino-aprendizagem. É necessário que os projetos pedagógicos sejam orientados para os alunos, levando em consideração suas necessidades e demandas. Em vez de perguntar "o que eu quero ensinar?", os planos de ensino devem abordar a pergunta fundamental: "o que os alunos precisam saber?". Além disso, é fundamental questionar "o que os alunos precisam fazer?", buscando o desenvolvimento de habilidades práticas.

Essa abordagem implica em uma mudança de concepção do planejamento pedagógico, que deve estar voltado para o aprendizado, não apenas para o ensino. O planejamento deve considerar não apenas os conteúdos a serem abordados, mas também as habilidades que os alunos devem adquirir. Não se trata de excluir o ensino, mas de ampliar o foco, incluindo elementos que promovam o desenvolvimento de competências. A capacidade de raciocinar juridicamente, por exemplo, pressupõe o conhecimento como base para esse raciocínio.

É comum que a avaliação do aprendizado se restrinja à dimensão cognitiva, focando apenas nos conteúdos transmitidos. No entanto, os resultados da avaliação devem estar alinhados com o que foi definido no projeto pedagógico do curso, que é um trabalho coletivo. Cada professor tem a responsabilidade de desenvolver competências nos alunos, que serão fundamentais para os ciclos e professores subsequentes ao longo do currículo.

O planejamento pedagógico deve estar centrado no aluno e no seu processo de aprendizagem. Embora não exclua o ensino, é necessário enfatizar a importância da aprendizagem e como o conhecimento transmitido se transforma em habilidades práticas. O professor deve concentrar suas energias não apenas na informação cognitiva a ser transmitida, mas também em como essa informação se traduz em conhecimento que capacita o aluno a agir. É necessário considerar o "saber fazer" no planejamento, buscando integrar conteúdo e habilidades, bem como métodos de ensino que estimulem a participação ativa dos alunos.

Dessa forma, a transição do enfoque no conteúdo para a ênfase nas habilidades e no método contribui para uma abordagem mais completa e eficiente no ensino jurídico. A conexão entre o conhecimento teórico e sua aplicação prática fortalece a formação dos alunos, preparando-os para os desafios do exercício profissional no campo do direito.

A tarefa de transformar o sistema existente apresenta dificuldades consideráveis, levando muitos a acreditar que não há opção além de se conformar com o status quo. No entanto, a magnitude desse desafio é diretamente proporcional às recompensas que surgem da oportunidade de ajudar os alunos na construção de suas ideias sobre a atuação profissional e de contribuir para sua percepção do sistema jurídico como um agente de desenvolvimento e transformação.

É fundamental reconhecer que, em ambientes acadêmicos, não podemos falar de justiça e liberdade se houver indiferença entre professores e alunos ou se os projetos pedagógicos forem meramente formalidades vazias. Os projetos pedagógicos devem refletir diariamente a importância atribuída pelos professores, alunos e Instituições de Ensino Superior ao planejamento do aprendizado, bem como à reflexão sobre os objetivos da educação em relação à sociedade que nos cerca.

Ultrapassar as limitações atuais e pensar em projetos pedagógicos e metodologias integradas, com base na premissa da autonomia universitária, é uma exigência para alcançarmos a qualidade desejada na prestação jurisdicional. A autonomia deve orientar as decisões, permitindo que sejam tomadas medidas

efetivas para enfrentar os desafios e promover mudanças significativas. Dessa forma, será possível superar abordagens tautológicas e reducionistas, nas quais a qualidade é definida apenas pelas diretrizes estabelecidas, sem considerar a realidade e as necessidades da sociedade.

No contexto da EJUG, é necessário estabelecer uma conexão clara entre a busca pela eficiência da prestação jurisdicional e a qualificação dos servidores, independentemente de suas habilidades e deficiências. Promover mudanças reais nos projetos pedagógicos e metodologias, enfatizando a autonomia universitária, contribuirá para o aprimoramento do sistema judiciário, resultando em uma prestação jurisdicional mais acessível, eficiente e justa para toda a sociedade.

Portanto, é essencial que a EJUG assuma a responsabilidade de desenvolver programas e iniciativas que proporcionem a qualificação adequada aos servidores do TJGO, considerando suas necessidades individuais e promovendo a inclusão de pessoas com deficiência. Ao fazê-lo, a EJUG desempenhará um papel fundamental na formação de profissionais capazes de compreender o sistema.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a atuação da Escola Judicial de Goiás (EJUG) como agente de qualificação e desenvolvimento profissional, percebe-se que sua contribuição é imprescindível para garantir uma cultura de aprendizagem e gestão no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Através de programas educacionais diversificados, como cursos presenciais e a distância, troca de experiências em fóruns de discussão e participação em eventos de capacitação, a EJUG desempenha um papel fundamental na formação e atualização dos magistrados e servidores.

A metodologia de levantamento diagnóstico de necessidades, baseada no mapeamento das competências organizacionais, profissionais e pessoais, permite identificar lacunas de formação e aperfeiçoamento que devem ser preenchidas por ações educacionais estratégicas. Além disso, a utilização de indicadores de

desempenho e produtividade proporciona uma avaliação objetiva dos resultados das ações educacionais, permitindo um monitoramento efetivo de seu impacto na organização.

O planejamento das ações educacionais, realizado de forma integrada com os demandantes e a EJUG, é essencial para definir as prioridades de capacitação e garantir que as ações estejam alinhadas com os objetivos institucionais. Nesse processo, aspectos como justificativa, objetivos, metodologia, recursos instrucionais, equipe docente e cronogramas devem ser cuidadosamente especificados. A execução das ações planejadas requer uma série de providências, como a definição de responsáveis, reserva de instalações e equipamentos, preparação de material didático, comunicação aos participantes e acompanhamento do evento. É durante essa etapa que as ações educacionais ganham vida e são efetivamente implementadas.

A avaliação, como um processo contínuo, desempenha um papel crucial na melhoria das ações educacionais. Por meio de diferentes níveis de avaliação, como a avaliação de reação, avaliação de aprendizagem, avaliação de comportamento e avaliação dos resultados finais, é possível obter informações valiosas sobre a efetividade das atividades realizadas, identificando pontos de sucesso e pontos críticos a serem aprimorados.

Ressalta-se que a aprovação deste Projeto Político Pedagógico fortalece a identidade institucional da EJUG e reforça seu papel na busca pela eficiência da prestação jurisdicional no TJGO. A qualificação dos servidores, incluindo aqueles com deficiência, e a promoção de uma cultura de endomarketing contribuem para a construção de um ambiente de trabalho inclusivo e motivador.

Por fim, diante da importância apresentada, é seguro a seguinte afirmativa: "A Escola Judicial é um investimento no futuro da justiça, pois garante que os magistrados e servidores estejam preparados para os desafios do mundo contemporâneo." (Dias, 2023).

REFERÊNCIAS

Agência IBGE Notícias.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

Agenda 21: <https://sustainabledevelopment.un.org/outcomedocuments/agenda21>, Acesso em: 22 de março de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 maio 2023.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Senado Federal, 18 de abril de 1991.

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, n.243, p.10-15. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 12 junho de 2023.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; e MARQUES, Antônio Luiz. Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. Psicologia Ciência e Profissão, vol.29, n.2, pp. 244-257, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 159 . Brasília: CNJ, [2012]

COSTA, Daniel. Endomarketing inteligente: a empresa pensada de dentro para fora. Porto Alegre: Dublinense, 2010.

Dias, M. A Escola Judicial como investimento no futuro da justiça. Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, 100, 15-20, 2023.

*A BUSCA DA EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL SOB O ENFOQUE DA
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES COM OU
SEM DEFICIÊNCIA DO TJGO: UM OLHAR
PARA A ESCOLA JUDICIAL DE GOIÁS (EJUG)*

*Alexandra Bonfim de Sousa
Márcia Teixeira Cavalcanti*

EJUG - Escola Judicial do Estado de Goiás:

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/escola-judicial>

Freire, A. A importância da Escola Judicial na formação dos magistrados. Revista Brasileira de Direito Processual Civil, 100, 25-40, 2023.

Portal da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/escola-judicial> Acesso em: 23 maio 2024.

RESOLUÇÃO 40/2015 TJGO. Disponível em:

<https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/ejug/normas/Resolucao-de-Criacao-e-Regimento-Interno.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SILVEIRA, Fabiana Rodrigues. A morosidade no poder judiciário e seus reflexos econômicos. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2007.